UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

FACULDADE DE EDUCAÇÃO

CURSO DE GRADUAÇÃO EM PEDAGOGIA

LILI SILVA E SILVA

PERMANÊNCIA E EFICÁCIA DOS ALUNOS COM DEFICIÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR DO INSTTUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA BAHIA CAMPUS SALVADOR

Salvador
2015

LILI SILVA E SILVA

PERMANÊNCIA E EFICÁCIA DOS ALUNOS COM DEFICIÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR DO INSTTUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA BAHIA

CAMPUS SALVADOR

Projeto de Trabalho de Conclusão de Curso - TCC apresentado ao Curso de Graduação em Pedagogia, Faculdade de Educação (FACED), Universidade Federal da Bahia-UFBA.

ORIENTADOR: Prof. Dr. Robinson Tenório

Salvador
2015

SUMÁRIO

01. INTRODUÇÃO.....04
1.1. Breve síntese sobre o termo eficácia.....05
1.2. Breve síntese sobre o termo permanência.....06

02. OBJETIVO GERAL.....06
2.1. Objetivos Específicos.....07

03. JUSTIFICATIVA.....08

4.0.BASE TEÓRICA.....09
4.1. Retrospectiva da política nacional na perspectiva da educação inclusiva.....09
4.2. Concepção do vocábulo deficiência.....11
4.3. Quais estratégias promovem permanência e eficácia dos alunos deficientes no ensino superior?.....11

5.0. METODOLOGIA..........13

6.0. Referências.....17

01. INTRODUÇÃO

Diante do contexto sócio-educacional em que vive o país, faz-se necessário, reconhecer a importância da Educação Especial na sociedade contemporânea, principalmente, em vista às discussões sobre inclusão intensificada a partir da década de 1990 que tiveram reflexos aqui no Brasil, sobretudo, nos textos da Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, em seu Art. 2º afirma que ao Poder Público e seus órgãos cabe assegurar às pessoas portadoras de deficiência o pleno exercício de seus direitos básicos, inclusive dos direitos à educação, à saúde, ao trabalho, ao lazer, à previdência social, ao amparo à infância e à maternidade, e de outros que, decorrentes da Constituição e das leis, propiciem seu bem-estar pessoal, social e econômico.

A atenção foi maior, porque na década de 1990, realmente as pessoas com deficiência ainda não estavam incluídas na educação básica da forma que se desejava, ou seja, elas ainda não tinham formação suficiente para chegar ao ensino superior.

No Brasil, a Legislação Brasileira - LDBEN, o Conselho Nacional de Educação-CNE/CEB, Estatuto da Pessoa com Deficiência e a Declaração de Salamanca, fazem parte da tendência pedagógica que vem consolidando a educação inclusiva, esta última, considerada mundialmente um dos mais importantes marcos da educação de pessoas com necessidades especiais, juntamente com a Declaração Mundial sobre Educação para Todos (1990).

A Declaração de Salamanca deu ênfase à educação básica e que às Universidades tinham a responsabilidade de pesquisar e disseminar o conhecimento para a realização de práticas educacionais inclusivas e eficazes.

A inclusão no ensino superior é dada pela Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (2007) e a Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva (a desenvolverem práticas pedagógicas de aprendizagens permanentes e eficazes a fim de

favorecer a aprendizagem de alunos com deficiência, além de assegurá-los, em turmas regulares.

Documentos estes têm como objetivos qualificar e adequar o currículo institucional, à valorização da igualdade, do respeito e as diferenças oferecendo oportunidades de aprendizagens comuns a todos.

Um dos fatores que norteiam a Política de Inclusão nas Instituições de Ensino Superior, é que os alunos tenham acesso aos espaços externos e internos de aprendizagens pedagógicas, que vai desde a estrutura arquitetônica dos prédios até o currículo da base comum.

Garantir a educação de qualidade para todos, significa redimensionar o ensino e a cultura de uma geração, não somente na aceitação, mas, na valorização das diferentes aprendizagens e das diferentes formas de adquirir conhecimento, segundo Carvalho, “examinar e garantir a inclusão no espaço escolar é tarefa muito complexa [...], pois a escola é o reflexo do contexto social, econômico e político que também precisa ser inclusivo”, (2000, p. 186 (Apud Pimentel, 2011, p. 1999)

Nas últimas décadas os discursos sobre os direitos da pessoa com deficiência e a sua permanência no espaço escolar estão sendo discutidas nas mais diversas áreas do conhecimento, como as áreas das Ciências Sociais e das Ciências da Humanidade. Esta prática favorece ao desempenho e inclusão de pessoas com deficiência no ensino superior, a fim de garantir a permanência da pessoa com deficiência nos espaços sociais e dessa forma, permite a integração com os demais alunos.

A proposta desta pesquisa será conhecer e analisar as estratégias pedagógicas adotadas pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia, localizada na cidade de Salvador, que favoreçam o desempenho do aluno com necessidade especial, levando em conta sua permanência e sua eficácia no ensino superior, já que a educação deve ser ser um bem social igual e comum a todos, sem distinção de cor, raça, classe social, gênero e condição física de cada cidadão.

O artigo 59 ressalta que, “os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais, os currículos, os métodos, as técnicas, os recursos educativos e a organização específica, para atender às suas necessidades”. No entanto, cabem às instituições de ensino superior,

públicas ou privadas assegurarem destes direitos e garantir a permanência e a eficácia dos alunos com deficiência matriculados no ensino superior.

1.1. BREVE SÍNTESE SOBRE EFICÁCIA

Pesquisadores e estudiosos,como Brooke (2012) e Crahay (1994), definem a eficácia como “algumas estratégias que a equipe gestora pode utilizar para monitorar a eficácia na instituição, seja através da auto-avaliação ou da avaliação institucional externa”. Segundo Brook,

> “As avaliações são índices que fornecem informações para que as metas sejam estabelecidas e concretizam o desafio de alcançá-las. E isso já é um avanço na busca pela eficácia, já que por muito tempo se falou em melhorar a Educação, mas não havia medidas para isso. Um bom gestor, que organiza e divulga esses números, identifica as falhas e traça um planejamento coletivo para cumprí-las, dessa forma, ele já está usando as avaliações como um motivador para a melhoria da escola”.

Ou seja, a equipe gestora se mobiliza para um olhar crítico em seu ambiente humano, físico e pedagógico, fazendo uma revisão de seus princípios e metas, tendo como finalidade estabelecer novas ações de projetos que têm como objetivos atender as necessidades de cada um é necessário que se pense em uma educação que venha contribuir com todos e, principalmente, com os alunos especiais, pois precisam de atendimento específico.

Segundo BROOKE (2012) “ uma boa instituição, é aquela em que há um trabalho bem feito em todas as áreas da escola, desde o administrativo ao pedagógico, considerando o empenho dos professores, as possibilidade de acesso e ampliação cultural que o espaço escolar oferece”. Agindo dessa forma, a escola pode transformar a vida de uma pessoa, por mais desfavorável que seja o ambiente em que ela foi criada.

Para Crahay, “A problemática da eficácia evoluiu. Hoje, está-se abandonando a abordagem inicial, tecnicista e quantificadora, para se colocar

em relação diferentes efeitos e características qualitativas, como o clima da escola, sua cultura ou sua ética".

Percebe-se que se faz necessário rever as ações e projetos desenvolvidos na escola, para que o ensino e aprendizagem estejam ao alcance de todos.

1.2. BREVE SÍNTESE SOBRE PERMANÊNCIA

No artigo 206 da LDBEN, (1996), encontram-se relacionados os princípios que orientam o ensino, entre os quais: "igualdades de condições de acesso e permanência na escola; liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, [...] a pluralidade de idéias e de concepções pedagógicas".

Se a escola não propõe ao aluno condições eficaz de permanência, este não terá estímulos para desenvolver habilidades de aprendizagens nem tão pouco, motivação para obter melhores resultados acadêmicos. É preciso que os gestores repensem na gratuidade no ensino público numa perspectiva de garantir o ensino de qualidade e permanência, como atendimento ao aluno, através de programas suplementares de material didático adequada às suas necessidades, além de garantir transporte, alimentação e assistência à saúde, principalmente dos alunos com deficiência e aquele que mais necessitam.

02. OBJETIVOS

O presente projeto tem como objetivo geral, analisar as estratégias adotadas para a permanência e eficácia da educação dos alunos com deficiência, matriculados nos cursos de graduação dos turno diurno e noturno no Ensino Superior do Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia - Campus I Salvador-BA.

Para alcançar a resposta ao problema da pesquisa, este trabalho tem como objetivos específicos:

a. Conhecer o perfil dos alunos com deficiência, participantes da pesquisa.

b. Identificar o que o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia oferece à formação **dos alunos**, para que estes **concluam** os estudos nos cursos do ensino superior.

c. Identificar e analisar de que forma o IFBA garante o ensino a oferta do atendimento educacional especializado, nos ensino superior.

d. Conhecer as percepções dos professores, gestores e alunos deficientes sobre o conceito de eficácia no ensino superior.

03. JUSTIFICATIVA

Considerando a complexidade do ato de permanência e eficácia no ensino superior, e reconhecendo a sua importância para o desenvolvimento do ensino e aprendizagem do aluno com deficiência, ressalto que esta deve se proceder como um contínuo acompanhamento, contemplando a dinamicidade da ação-reflexão-ação, julgo pertinente a investigação desta temática, porque possibilitará uma extensa discussão acerca da permanência e eficácia no ensino superior, não se restringindo apenas aos alunos deficientes, mas levando em consideração todo o contexto educacional.

O meu interesse por este tema se deu a há alguns anos, por atuar na educação como educadora e coordenadora do Ensino Fundamental e Médio, sempre tive contatos com alunos deficientes nas salas de aula, dessa forma, foram surgindo indagações sobre quais as possibilidades que contribuirei para que estes alunos desenvolvessem habilidades de aprendizagens, objetivando sua permanência e eficácia no espaço educacional, já que no final do ano o número de evadidos era muito preocupante para a instituição.

Além disso, no 6º semestre do curso de Licenciatura em Pedagogia, desenvolvi uma pesquisa de campo em que o tema abordava a permanência e a eficácia das pessoas deficientes no ensino superior do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia Campus I - Salvador. A partir desta pesquisa, produzi e apresentei um relatório, à professora do curso e responsável pela disciplina Educação Especial da Universidade Federal da Bahia-UFBA, contendo minhas experiências a cerca do assunto pesquisado.

O motivo em escolher o Instituto de Educação Ciência e Tecnologia da Bahia, por ser ex aluna da instituição, sempre quis fazer algo que contribuísse com a comunidade escolar. Acredito que a partir dos dados obtidos, os resultados terão significância para a instituição, contribuindo também, para pesquisadores, professores e estudiosos que têm interesse pelo tema, e, especificamente em se tratando do atendimento aos alunos deficiente matriculados em diversos cursos, do ensino superior.

O projeto se estruturará da seguinte forma: serão três capítulos, em que o primeiro compreenderá a concepção da educação em relação às pessoas com deficiência no campo educacional nacional; o segundo trará um breve histórico da política nacional na perspectiva da educação inclusiva e o terceiro abrangerá os procedimentos metodológicos da pesquisa caracterizada pela abordagem qualitativa, com base na pesquisa de campo

04. BASE TEÓRICA

A seguir serão apresentados os seguintes tópicos, na referida ordem: breve histórico sobre as concepções da Política Nacional na perspectiva da Educação Inclusiva, especificamente a deficiência, tendo como sub-tópicos a noção do vocábulo deficiência e quais as estratégias que podem promover a permanência e a eficácia dos alunos com deficiência no ensino superior.

4.1. BREVE RETROSPECTIVA DA POLÍTICA NACIONAL NA PESRPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

São muitas as discussões feitas por estudiosos, pesquisadores e professores que envolvem o tema sobre educação inclusiva. Além da promoção de debates sobre um tema polêmico, trata também, de uma concepção educacional voltada para as pessoas deficientes, que até pouco tempo não tinham seus direitos reconhecidos.

A Constituição Federal de 1988 “promove o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação”, (art. 3º, inciso IV).

Percebe-se que a Educação Inclusiva passou por diversas conquistas ao longo dos tempos, como alguns dos seus direitos respeitados, o interesse por parte de mais pesquisadores no assunto, novos congressos são realizados no país a fora, nacional e internacionalmente, todos com o mesmo objetivo em comum, conscientizar à população sobre a pessoa com deficiência.

De acordo com Pimentel, “as interações sociais são essenciais para o processo de aprendizagem e desenvolvimento humano”. (2011, p. 199).

Já no artigo 206, **inciso I, estabelece a “igualdade de condições** de acesso e permanência na escola” como um dos princípios básicos para o ensino e garantia como dever do Estado, a oferta do atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino (art. 206)

Só a partir da época do Império e com a criação dos Institutos dos Meninos Cegos, em 1854, hoje, atual Instituto Benjamim Constant (IBC), e o Instituto dos Surdos Mudos, em 1857, hoje denominado Instituto Nacional da Educação dos Surdos (INES), ambos no Rio de Janeiro.

A reforma política nacional da educação inclusiva, ampliou investimentos pedagógicos para as pessoas com deficiência e trouxe um novo contexto à educação especial e tinha como base a concepção dos direitos humanos.

Já a partir do século XX, é fundado o instituto Pestalozzi (1926), instituição especializada no atendimento às pessoas com deficiência mental; em 1954, é fundada a primeira Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), e, em 1945, é criado o primeiro atendimento educacional especializado às pessoas com superdotação na Sociedade Pestalozzi.

A Lei nº 5.629/72, que altera a LDBEN de 1961, traz “um tratamento especial” para os alunos com “deficiência física e mental, como também, aqueles que se encontravam em atraso quanto à idade regular de matrícula e os superdotados”. Dessa forma, os demais alunos com deficiência que não tinham atendimento específico, eram encaminhados para as classes especiais.

Ao criar o Centro Nacional de Educação Especial (CENESP), em 1973, o Ministério da Educação (MEC), não contemplava ações educacionais às pessoas com deficiência e com superdotação, mas, ainda configuradas por campanhas assistenciais e iniciativas isoladas do Estado. Mais uma vez, a Educação Inclusiva não se efetivava uma política de acesso universal.

Dessa forma, pesquisadores e estudiosos percebiam a educação inclusiva como uma modalidade sem a devida atenção dos órgãos públicos em políticas públicas. Embora estudiosos e pesquisadores universitários confrontassem com estas ideias eles percebiam que havia movimentos sociais e intelectuais reivindicando políticas públicas e direitos iguais.

É preciso buscar meios, sejam eles tecnológicos ou não, que contemplem a Educação Inclusiva de forma favorável e que estimula as pessoas com deficiência, a concluírem os estudos no curso de graduação, fazendo com que o modelo de Educação integre ao sistema de ensino com os ajustes e as condições necessárias ao receber os alunos em sua diversidade.

4.2. CONCEPÇÃO DO VOCÁBULO DEFICÊNCIA

É importante conhecer este termo para identificar as diferentes necessidades da pessoa com deficiência, que ao longo da história foram vistas como pessoas incapazes, coitadinhas, pois eram consideradas como pessoas dependentes, e que não desenvolviam outras habilidades, além de ser vistas como loucas, retardadas, etc. Amaral conceitua deficiência,

> A uma perda ou anormalidade de estrutura ou função: Deficiências são relativas a toda alteração do corpo ou da aparência física, de um órgão ou de uma função, qualquer que seja a sua causa; em princípio deficiências significam perturbações no nível de órgão. (1998, p. 24)

Ao longo da história esta nomenclatura foi mudando, seus conceitos também. As concepções de deficiência, agora, estão ligadas às novas formas de integração, visto que o conceito deficiente ainda está enraizado aos velhos conceitos de manifestação cultural.

Segundo o Estatuto da Pessoa com Deficiência, em seu Art. 1º fica instituído, normas e critérios básicos que asseguram, promovem e protege o exercício de igualdade a todos os direitos humanos e liberdades fundamentais às pessoas com deficiência, visando sua inclusão social e cidadania plena e efetiva. Já em seu Art. 2º,

> “Consideram-se pessoas com deficiência aquelas que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas”. Estatuto da Pessoa com Deficiência (2013).

Sendo assim, a partir da nova forma de se interpretar o mundo e os homens, surge uma nova perspectiva de educação, com ideias transformadoras, voltadas para a construção do conhecimento, diante deste contexto, se faz necessário, uma transformação universal para que todos possam viver de forma eficaz numa sociedade que se diz globalizada.

4.3. Quais adaptações estruturais e pedagógicas são possíveis para que os alunos se assegurem das condições de acesso e permanência no ensino superior, além de participar das aprendizagens, concebendo-se que a escola é um espaço que reconhece e valoriza as diferenças?

Para que haja uma educação permanente se faz necessário promover educação de qualidade, ou seja, que verifique de fato como está ocorrendo o processo de inclusão do aluno com deficiência, a fim de possibilitar este sujeito a transformar-se, melhorando o seu desempenho no processo educativo formal, Segundo Miranda,

> “O atendimento educacional especializado decorre de uma nova visão da Educação Especial, sustentada legalmente e é uma das condições para o sucesso da inclusão escolar dos alunos com deficiência. Esse atendimento existe para que os alunos possam aprender o que é diferente do currículo do ensino comum e que é necessário para que possam ultrapassar as barreiras impostas pela deficiência” (2011, p. 97).

É importante que as instituições de ensino superior, proponham ao aluno com deficiência espaços acessível, para que ele sinta seguro no ambiente escolar e que seja capaz de desenvolver outras habilidades. Considerando-se que as reformas políticas educacionais vieram contribuir de forma significativa, para o ingresso da pessoa, com deficiência na educação. Segundo Galvão Filho, “os diferentes e inovadores ambientes de interação e aprendizado possibilitados pelas Tecnologias de informação (TIC) surgem como fatores estruturantes de novas alternativas e concepções pedagógicas”. (2011, p. 119). Dessa forma, é necessário que o aluno faça uso das tecnologias de informação e comunicação, pois els paracem como novas estruturas pedagógica que encaminha o aluno para o mercado de trabalho além das tecnologias assistivas, que surgem como uma nova forma de aprendere que ainda se encontra em um processo de construção do conhecimento e que avançam significativamente no âmbito educacional.

05. METODOLOGIA

A seguir será apresentada a metodologia em que será utilizada para a realização desta pesquisa. Esse tópico será subdividido em: tipo de pesquisa, local da pesquisa, fontes de pesquisa, seleção de sujeitos, instrumentos de coleta, procedimentos de coleta e tratamento dos dados, na respectiva ordem.

5.1. TIPO DE PESQUISA

A investigação se dará a partir do estudo de caso, segundo Yin (2001, p. 38), este tipo de pesquisa “conduz o pesquisador através do processo de coletar, analisar e interpretar observações”. É um modelo lógico de provas que lhe permite fazer inferências relativas às relações causais entre as variáveis sob investigação. **(Apud Nachmias & Nachmias, 1992, p. 77-78)**

No entanto, se objetivará analisar as estratégias adotadas para a permanência e eficácia dos alunos com deficiência no ensino superior, tendo como base o estudo de caso.

5.2. LOCAL DA PESQUISA

O campo empírico onde pretendo realizar a investigação será o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia-Campus Salvador.

Este campo se apresenta como o mais adequado para a realização deste trabalho, considerando-se que as demais instituições públicas da cidade de Salvador-BA, poderão contribuir com esta pesquisa, visto que em sua maioria, possuem suportes necessários para o desenvolvimento da pesquisa, como os trabalhos, os estudos, as pesquisas já realizadas e com os Núcleos de Atendimento às Pessoas com Necessidades Especiais–NAPNE.

5.3. FONTES DE PESQUISA

Este trabalho terá como sujeitos **os alunos dos cursos de graduação dos turnos diurno e noturno,** os **professores** dos cursos, **equipe gestora** e a **coordenadora** do Núcleo de Apoio à Inclusão do Aluno com Necessidades Educacionais-NAPE. Além dos documentos como o projeto político pedagógico da instituição e o plano de aula dos professores. Juntos, contribuirão para o resultado da pesquisa.

5.4. SELEÇÃO DE SUJEITOS

Para a realização dessa pesquisa, serão selecionados alunos com deficiência matriculados nos cursos de Graduação (Análise e Desenvolvimento de Sistema e Tecnologia em Radiologia), Bacharel (administração), Engenharia (Engenharia Industrial Eletrônica, Engenharia Industrial Mecânica e Engenharia Química) e Licenciaturas (Geografia, Matemática e Física), resultando em um total de nove cursos, distribuídos nos turno diurno e noturno, os professores que trabalham com estes alunos, a equipe gestora e a coordenadora do Núcleo

de Apoio à Inclusão do Aluno com Necessidades Educacionais-NAPNE do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia - Campus Salvador

5.5. INSTRUMENTOS DE COLETA

Como instrumento para coleta de dados será feito uma entrevista com os sujeitos envolvidos, composto por perguntas sobre a identificação do aluno com deficiência. Segundo Moura, Ferreira; Paine, “a entrevista se mostra particularmente útil, quando a amostra é composta por pessoas que não têm condições de dar respostas por escrito”. (1998: p. 80 Apud Rocha, Décio e Sant’ AAna).

Em outro momento serão feitas perguntas específicas, sobre conhecimento prévio dos alunos, em relação às estratégias, desenvolvidas pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia, Campus Salvador, sobre permanência e eficácia, destes, no Ensino Superior.

5.6. PROCEDIMENTOS DE COLETA

Para a gravação da entrevista, buscarei informações com a coordenadora do **Núcleo de Apoio e Inclusão do Aluno com Necessidades Educacionais Especial-** NAPNE, é uma equipe composta por uma coordenadora, vice-coordenadora, nove intérpretes de Libras, dois transceptores de braile, estagiários e uma professora de Língua Portuguesa para surdos. Além de entrevistar **professores** que trabalham com as turmas selecionadas para a pesquisa, atentando à disponibilidade de tempo e espaço de cada um para a realização da entrevista.

Considerando que, cada sujeito que se dispuser a participar da pesquisa assinará um termo, no qual deixará claro que estará aceitando por livre e espontânea vontade, podendo desistir a qualquer momento da mesma.

Esta entrevista será gravada e transcrita na íntegra. Além disso, será analisado os documentos da instituição que apresenta o currículo do curso e será confrontado com os referenciais teóricos previamente selecionados.

5.7. TRATAMENTO DE DADOS

Após identificar os conceitos básicos sobre a permanência e eficácia dos alunos com deficiência, no Ensino Superior, na revisão da literatura, irei aprofundar e discorrer sobre este tema no Ensino Superior, bem como analisar o conceito de deficiência e inclusão no contexto educacional, verificando quais são as orientações dadas e como ocorre o acompanhamento dos alunos com deficiência envolvidos neste processo ensino e aprendizagem.

Ao pesquisar nos trabalhos já elaborados e publicados por estudiosos dessa área, terei condições de responder à minha pergunta problema que busca compreender como ocorre o processo das estratégias desenvolvidas pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia-Campus Salvador, para que o aluno deficiente tenha permanência e eficácia, no Ensino Superior.

07. REFERÊNCIAS

AMARAL, Lígia Assumpção. *Diferenças e preconceitos na escola: Alternativas teóricas e práticas.* Summus, São Paulo, 1998.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Estatuto da Criança e do Adolescente,disponívelem:<http//portal.mec.gov.br/seep/arquivos/pdf/lei8069_02.pdf> Acesso em 04 de novembro de 2014.

REVISTA GESTÃO ESCOLAR. São Paulo: Abril, 2009. Mensal. O que é Projeto Político Pedagógico? (PPP). 2010/2011.

CRAHAY, M., M. *A eficácia das escolas não se mede: ela se constrói, negocia-se, pratica-se e se vive.* Tradução de Luciano Lopreto. 1ª Ed. São Paulo: *Sistema de Avaliação Educacional*, 1998.

ROCHA, Décio. A entrevista em situação de pesquisa acadêmica:reflexões numa perspectiva discursiva in: Pauliukonis, Maria aparecida l;. 1.ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2003.

FILHO, G. A. T. *As tecnologias assistivas na mediação dos processos educacionais incluisivos.* Salvador: EDUFBA, 2011, p. 97.

PIMENTEL, C. S. *Educação especial em contexto inclusivo*. In: FILHO, G. A. F (Org.). O atendimento educacional especializado (AEE) em sala de recursos 2: Desafios entre as políticas e as práticas: Salvador: EDUFBA, 2011, p. 199

MIRANDA, G. T. *Educação especial em contexto inclusivo*. In: FILHO, G. A. F (Org.). O atendimento educacional especializado (AEE) em sala de recursos 2: Desafios entre as políticas e as práticas: Salvador: EDUFBA, 2011, p. 97.

RIBAS, João Batista Cintra. *O que são Pessoas Deficientes*? São Paulo: Nova Cultural. Brasiliense, Coleção Primeiros Passos, 1985, p. 10.

TOKUNAGA, Raissa, Bressanim. A inclusão social como fator de efetivação dos direitos fundamentais do trabalhador - *Uma visão constitucional sobre a deficiência*; Tese d MOURA, Maria Lucia Seidl de; FERREIRA, Maria Cristina; PAINE,

http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/sites/default/files/arquivos/%5Bfield_generico_imagens-filefield-description%5D_93.pdf

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L7853.htm.Pesquisado em 24/03/2015

http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&id=17433&Itemid=817